



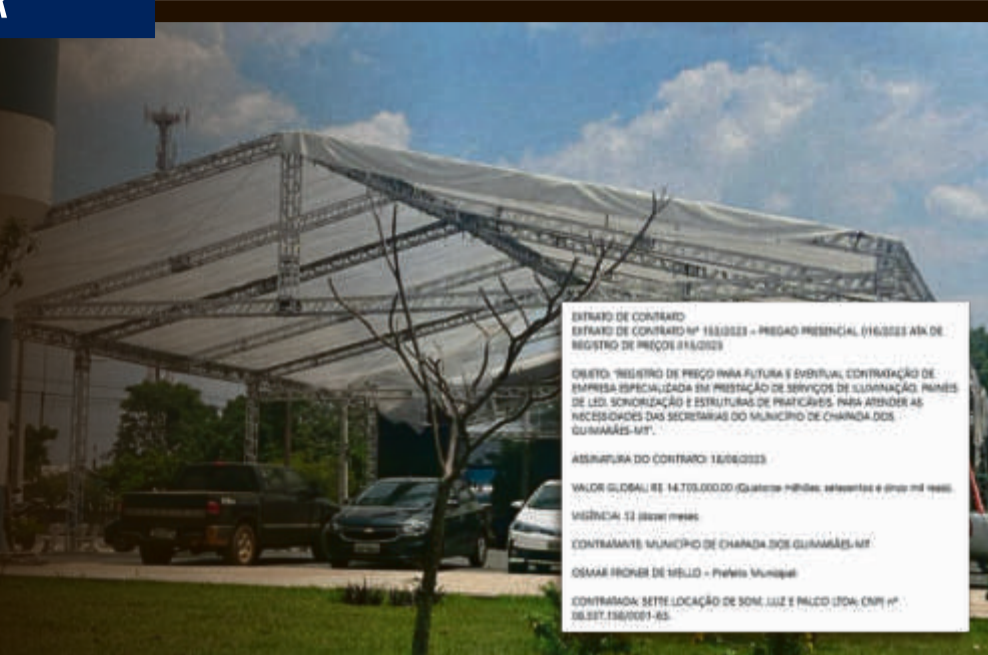
ENTREVISTA DA SEMANA
Deputado Estadual Júlio Campos
"É um grande desafio fazer com que Mato Grosso acorde e volte seus esforços para a agroindustrialização"

Pág. 3



ABUSO DE PODER

Vereadora de Chapada dos Guimarães denuncia contrato de R\$ 14,7 milhões e perseguição do prefeito Osmar Froner



O prefeito chegou ao cúmulo de protocolar na Câmara Municipal pedido de cassação da vereadora que fiscaliza abusos de sua administração - **Pág. 5**

TURISMO E MEIO AMBIENTE



GT do estado e do Ministério de Meio Ambiente busca viabilizar investimentos no Parque de Chapada

O governador Mauro Mendes quer investir R\$ 200 milhões na região para alavancar o turismo e promover a proteção ambiental

Um grupo de trabalho (GT) composto por técnicos do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Estado de Mato Grosso será responsável por realizar estudos que possam viabilizar investimentos de recursos estaduais no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. A criação do GT foi anunciada após encontro do governador Mauro Mendes (UB) com a ministra Marina Silva, em Brasília.

"Vamos ter outras reuniões visando construir um consenso para permitir que o Governo do Estado de Mato Grosso faça os investimentos no parque, e que esse parque possa atingir o seu grande objetivo, que é preservar os ativos ambientais que lá existem, mas também melhorar a condição de visitação para os turistas e para os cidadãos de Mato Grosso, do Brasil e de qualquer lugar do mundo que vierem para cá", relatou o governador.

Leia mais na página 8

MUNICIPALISMO RACHADO

Prefeito de Primavera do Leste se elege presidente da AMM e "racha" movimento municipalista

A eleição da nova diretoria da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM) foi judicializada e transcorreu em clima de racha e grande animosidade entre dois grupos de prefeitos **Pág. 7**



RECONHECIMENTO

Primeira-dama de MT recebe o título de Dama do Bem da Associação Seara de Luz



Virginia Mendes destacou, em evento, que a união em prol de ações para beneficiar as pessoas que mais precisam faz toda a diferença - **Pág. 4**

TRANSPORTE PÚBLICO

Prefeitura muda tempo de uso de faixas exclusivas de ônibus e gera críticas da MTU e da oposição - **Pag.4**

CHARGE DA SEMANA



Grandes estratégias de marketing merecem um veículo multimídia mais eficiente



Sua mídia ao alcance do seu público alvo. Anuncie com a gente!



Gisela Simona
Especialista em Direito do Consumidor, servidora do PROCON-MT e deputada federal por Mato Grosso

“ Na condição de parlamentar e membro da Comissão de Direito do Consumidor da Câmara Federal, presenciemos semanalmente a tentativa de alteração da norma sobre o pretexto de torná-la moderna, mas a grande maioria das propostas tentam enfraquecer o texto já que o mesmo possui conceitos abertos que permitem uma interpretação atemporal. ”

Código de Defesa do Consumidor; uma lei forte por natureza

Em 11 de setembro de 1990 foi publicada a Lei n. 8.078 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), uma lei polêmica no seu nascedouro que poderia “quebrar o comércio”, “emperrar o desenvolvimento do país”, mas que ao mesmo tempo tinha o objetivo de incentivar boas práticas na apresentação, oferta, venda e pós-venda no mercado de consumo, fixar parâmetros mínimos de competição pela qualidade e informação completa dos produtos e serviços ao cidadão.

Foi nesse contexto que, cumprindo o mandamento constitucional de 1988, pelo qual determinou-se que em 120 dias seria elaborado o Código de Defesa do Consumidor, é que foi publicada a lei que consideramos extremamente forte por trazer em seu conteúdo, conceitos e institutos que fazem da mesma, um microsistema jurídico composto de regras de direito material, processual e penal, que atualmente resolve os conflitos de consumo que surgem entre consumidores e fornecedores de todo país.

Ao definir conceitos como consumidor, fornecedor, produto, serviço, vício, defeito, publicidade enganosa e abusiva, dentre outros, bem como fixar direitos básicos, regras de responsabilidade solidária, responsabilidade objetiva, da desconsideração da pessoa jurídica tornou-se o parâmetro único e aceitável para regular as relações de consumo.

É o Código de Defesa do Consumidor que logo no seu Artigo 1º estabelece que é uma norma de ordem pública e de interesse social, portanto, prevalece, acima da vontade das partes, a fim de que o Estado Democrático de Direito seja uma realidade também nas relações de consumo.

Na condição de parlamentar e membro da Comissão de Direito do Consumidor da Câmara Federal, presenciemos semanalmente a tentativa de alteração da norma sobre o pretexto de torná-la moderna, mas a grande maioria das propostas tentam enfraquecer o texto já que o mesmo possui conceitos abertos que permitem uma interpretação atemporal.



Nesse sentido, nosso papel é a luta permanente para sua implementação, seja com a educação para o consumo entre consumidores e fornecedores, seja com a fiscalização da norma por órgãos como PROCON que diariamente exercem uma tarefa de interesse público que é buscar a harmonia entre consumidores e fornecedores e, na Câmara Federal, é para que não se tenha retrocessos e sim avanços na proteção e defesa dos consumidores.

Gisela Simona
é especialista em Direito do Consumidor, servidora do PROCON-MT e deputada federal por Mato Grosso

EDITORIAL

Reforma Tributária expôs o atraso e a fragilidade econômica de Mato Grosso

O 1º Congresso Mato-grossense de Direito Tributário - Perspectivas Regionais, realizado na semana passada na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), reuniu cerca de 300 magistrados, especialistas, autoridades e acadêmicos da área jurídica e econômica. O evento tratou, entre as várias pautas em debate, da reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional.

O tema foi o que mais repercutiu, chamando a atenção dos setores produtivos, preocupados com os impactos para da reforma nas suas atividades e também dos gestores públicos que veem expostas as fragilidades do atual sistema tributário e o atraso na própria base de sustentação da economia mato-grossense, baseada quase que exclusivamente na produção de commodities sem valor agregado consistente e sem um mercado consumidor democratizado.

Durante o evento, o secretário de Fazenda de Mato Grosso, Rogério Gallo, reconheceu que o atual modelo tributário e, principalmente, a base econômica do estado, é muito frágil e extremamente dependente do setor primário.

Gallo destacou que o estado produz muita matéria-prima para exportação e industrialização fora de suas fronteiras e que depende demasiadamente da receita gerada pelas atividades de produção de commodities pelo agronegócio. Com a reforma tributária, os estados mais industrializados e com maior mercado consumidor passarão a arrecadar a maior fatia do bolo tributário. “Como temos, ainda uma população pequena, não temos uma base de consumo tão forte para substituir essa arrecadação que temos hoje sobre a produção primária”, admitiu Gallo consternado e preocupado.

O titular da Sefaz-MT afirmou que a reforma tributária é importante para o país, pois moderniza o sistema tributário e estabelece um maior equilíbrio e segurança fiscal para quem produz e consome, além de alargar a base de arrecadação do país. No entanto, Rogério Gallo argumenta que é preciso estabelecer critérios compensatórios que permitam a transição entre o modelo atual e o modelo proposto, para que a economia de Mato Grosso, por exemplo, não desacelere e cause prejuízos para os cofres do estado e, consequentemente, gere graves problemas nos serviços públicos de responsabilidade do governo local.

“Precisamos de uma transição que seja justa para Mato Grosso e para os estados que possuem uma economia semelhante. Precisamos discutir os modelos de transição, em quantos anos vai ser essa transição, porque não podemos impactar o futuro dos mato-grossenses, das futuras gerações”, afirmou o secretário.

Gallo, em nome do Governo de Mato Grosso, defende que a “transição” dure extraordinários meio século! Ou seja, espera que o Governo Federal “sustente” os serviços de responsabilidade do governo estadual por nada menos que 50 anos enquanto se espera que a população consumidora e a industrialização aconteça, preferencialmente, pelo que indica a fala do secretário, de forma espontânea. “Precisamos pensar em como o Estado vai se sustentar, vai manter as suas políticas públicas, vai ter segurança jurídica para que nós tenhamos um bom ambiente de negócios. Então esse é o grande desafio e é importante que a gente discuta isso aqui em Mato Grosso”, justificou o Gallo.

O fato concreto é que o discurso do secretário titular da Fazenda Estadual revela que não há, da parte do atual governo, nenhuma ideia prática para resolver a crise que se exerga no horizonte da reforma tributária. Em vez de apresentar ao menos um esboço de projeto para re-

“ Durante o evento, o secretário de Fazenda de Mato Grosso, Rogério Gallo, reconheceu que o atual modelo tributário e, principalmente, a base econômica do estado, é muito frágil e extremamente dependente do setor primário. ”

estruturar as bases da economia do Estado a fim de superar a super-dependência do setor primário para a geração de riquezas, Gallo preferiu lamentar sobre as dificuldades futuras de manter o mesmo ritmo de arrecadação atual e reivindicar compensação pelas “perdas futuras” que venham ocorrer.

O evento na UFMT serviu para expor o quanto a atual equipe do governo de Mauro Mendes é carente quando se trata de mentes capazes de formular planejamentos estratégicos e projetarem visão de médio e longo prazo quando comparado ao que foram as gestões de Dante de Oliveira nos anos 1990 e de Júlio Campos, na década de 1980.

Júlio investiu pesado na modernização estrutural e logística de Mato Grosso asfaltando e abrindo estradas para permitir a ocupação territorial em um estado continental e até então isolado do resto do Brasil. Dante, por sua vez, dedicou os maiores e melhores esforços da sua gestão para a solução de uma crise de energia elétrica, para lançar as bases da agroindustrialização, para modernizar a gestão pública, profissionalizar e qualificar os servidores e para “vender” os potenciais econômicos e turísticos do estado ao mesmo tempo em que promovia uma mudança profunda na até então medieval política tributária para incluir os serviços delegados como uma fonte importante de sustentação do fluxo de receitas.

Desde Júlio Campos, passaram pelo comando do Palácio Paiguás Wilmar Peres de Farias, Carlos Bezerra, Jayme Campos, Rogério Salles, Blairo Maggi, Silval Barbosa, Pedro Taques e agora Mauro Mendes e nenhum deles se empenhou em fazer Mato Grosso avançar na diversificação de sua economia, no fortalecimento das cadeias produtivas com a industrialização in loco das commodities.

Quando veio a Lei Kandir em 1996 que retirou o ICMS das matérias-primas e semielaboradas, o governador Dante de Oliveira alertou que uma reforma mais profunda na política tributária seria necessária nos anos seguintes e tentou, quase desesperadamente, acelerar o processo de agroindustrialização criando programas como o Prodeic, o Proalmat e outros programas setoriais para alavancar não apenas a indústria, mas também o comércio, o empreendedorismo e promover a diversificação econômica do estado. Depois dele, nenhum governante se empenhou de fato em buscar um caminho alternativo além das “compensações” - por si mesmas insuficientes e sempre transitórias - para dar ao Estado de Mato Grosso uma base de receita própria consistente e duradoura.

E pelo que o secretário de Fazenda disse neste 1º Congresso Mato-grossense de Direito Tributário - Perspectivas Regionais, Mato Grosso vai continuar dependendo do que “pingar no pires” estendido para Brasília. Lamentavelmente.

E vejam, até a iniciativa de abrir espaço para debater uma questão tão crucial para o povo de Mato Grosso, não partiu, como deveria, do Governo do Estado. A iniciativa do 1º Congresso Mato-grossense de Direito Tributário - Perspectivas Regionais foi da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional de Mato Grosso, por meio da sua Escola Superior da Advocacia e da Comissão de Estudos Tributários da OAB/MT, que buscaram a parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Faculdade de Direito da UFMT.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykom Milas

DEPTO COMERCIAL
3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA
Thayla Moraes

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

CHARGE
Fred

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com

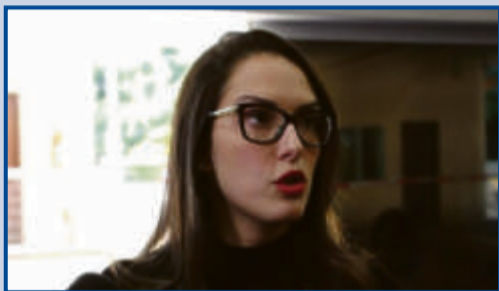


CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO**A Profecia**

Uma gafe da Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, a senadora Leila Barros (PDT-DF) acabou revelando o que poderá ser o caminho político do governador Mauro Mendes (UB) em 2026. Durante sessão da CMAS que discutiu a atualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, a senadora, ao se referir ao governador, acabou se confundindo e lhe atribuiu o cargo de Senador. Ato contínuo, o governador elevou os braços e juntando as mãos exclamou: "Quem sabe, um dia!" como se pedisse aos céus a realização da "profecia". O que era mera fofoca de bastidores, passou a ser agora uma possibilidade concreta. Mendes, no entanto, para não melindrar aliados, se recusou a comentar o assunto. Mas, uma imagem e um áudio gravados valem mais do que um milhão de negativas e o silêncio teimoso. Quem viver, haverá de ver no palanque o Mauro Mendes candidato ao Senado, maktube!

Filha de raposa, raposinha é

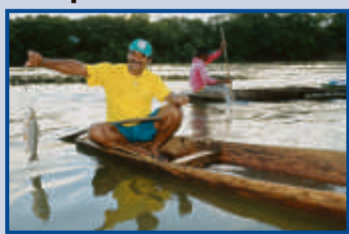
A deputada Janaina Riva (MDB) não esconde que a Assembleia Legislativa já se tornou pequena para sua ambição política. Ela diz que só aceitará disputar em 2026 se for um cargo majoritário. A preferência da parlamentar é ser candidata ao Palácio Paiaçu. No entanto, uma candidatura ao Senado da República também atenderia os anseios da jovem liderança política. Mãe, a jovem deputada não pisa em terreno fofo e nem em pedra escorregadia. "Quando eu falo, 'olha, eu não tenho a pretensão de disputar para estadual', é porque eu tenho trabalhado pensando numa candidatura majoritária. O Senado é uma candidatura excelente, Governo, vice-governadoria também. Mas, tudo isso vai depender das eleições do ano que vem. Pra gente falar sobre 2026 a gente precisa vencer 2024". Está certa ela. Afinal, filha de uma raposa como o ex-deputado José Riva, só podia mesmo ser uma raposinha...

Proibido assediar

Vereador Felipe Corrêa (Cidadania) apresentou uma proposta para inibir e prevenir o assédio moral e o assédio sexual na Câmara de Cuiabá. O parlamentar disse que a Câmara precisa fazer "o dever de casa" e citou os exemplos da Câmara Federal, do Poder Judiciário e da Defensoria Pública que possuem resoluções semelhantes. O Projeto de Resolução proposto por Corrêa estabelece ações e políticas institucionais voltadas a prevenção e inibição do assédio moral e sexual, discriminação, preconceito e outras formas de violência no âmbito do Legislativo Municipal cuiabano. Entre as ações sugeridas na proposta do vereador se destaca a criação de uma comissão para preservação, atenção e acolhimento de vítimas dos assédios moral e sexual, dentro da Câmara Municipal de Cuiabá, tendo como prioridade a integridade física e psíquica da vítima. Nota 10 para a iniciativa do jovem parlamentar.

Candidato do Bolsonaro

O deputado estadual Cláudio Ferreira se filiou ao Partido Liberal (PL) na semana passada e anunciou que será o candidato do ex-presidente Jair Bolsonaro à Prefeitura de Rondonópolis (212 km ao Sul). Conhecido na cidade como Cláudio Paisagista, ele se elegeu deputado estadual como o mais votado em Rondonópolis, tendo obtido mais de 21 mil votos. O parlamentar deixou o PTB pelo PL de olho nos votos dos bolsonaristas mais radicais do município. Sua filiação ao PL teria sido um convite pessoal do Bolsonaro e encaminhada pelo deputado federal José Medeiros, um dos mais fundamentalistas dos bolsonaristas eleitos em Mato Grosso.

Transporte Zero Inconstitucional

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a lei da pesca apelidada de "Transporte Zero" em Mato Grosso. A ação foi proposta pelo presidente nacional do MDB, deputado federal Baleia Rossi. A relatoria da ação será do ministro André Mendonça. A iniciativa, no entanto, foi articulada pelo deputado federal Emanuelzinho Piniheiro (MDB), filho do prefeito de Cuiabá. A lei estadual nº 12.197/2023 proíbe transporte, armazenamento e comercialização de peixes dos rios de Mato Grosso por cinco anos, com pagamento de auxílio de um salário mínimo aos pescadores artesanais. Na ADI, o presidente do MDB Nacional argumenta que a lei mato-grossense "atenta contra o pleno exercício dos direitos culturais (art. 215 e 216), além de usurpar a competência legislativa da União, a quem compete estabelecer normas gerais sobre a pesca, extrapolando os limites de sua competência suplementar para legislar sobre o tema". Novos rounds virão e muita água ainda vai rolar debaixo da canoa desse assunto...

DEPUTADO ESTADUAL JÚLIO CAMPOS

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e redação da Assembleia Legislativa de MT

"É um grande desafio fazer com que Mato Grosso acorde e volte seus esforços para a agroindustrialização"



Um dos ícones da política de Mato Grosso, que ocupou todos os cargos eletivos mais importantes no estado, o deputado Júlio Campos (União Brasil) fez sua estreia na Assembleia Legislativa ocupando a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). A comissão é a porta de entrada e a avalista de todos os projetos de lei, de emendas constitucionais e decretos, sendo fundamental para o funcionamento do plenário do Parlamento Estadual. Nesta entrevista, o parlamentar faz um amplo retrospecto da sua atuação no parlamento estadual até o momento e, sem perder o bom humor e o carisma que lhe peculiar, tece críticas a troca do VLT pelo BRT pelo Governo do Estado, recorda as origens da Unemat, os avanços em logística e energia elétrica e revela sua luta para que os setores do agronegócio e empresarial de Mato Grosso assumam o projeto de industrialização de Mato Grosso.

“Hoje, exportamos 60% da energia elétrica produzida em Mato Grosso. Ou seja, temos energia elétrica suficiente para sermos um polo agroindustrial.”

Da Redação

CO Popular - O que o senhor destacaria como mais relevante na sua atuação na Assembleia Legislativa até este momento?

Deputado Júlio Campos - Acho que tive o privilégio de 2023 por ser escolhido para ser o presidente da CCJR [Comissão de Constituição, Justiça e Redação] que é, sem dúvida, a mais importante desta casa. Havia na Comissão uma pauta repleta de outras gestões. Nós fizemos então um esforço concentrado para reunir os membros da Comissão para deliberarmos sobre aquelas demandas acumuladas. E conseguimos reunir sempre e religiosamente, a maioria dos membros. Do dia da nossa posse até o dia de hoje, não teve nenhuma terça-feira sequer em que a comissão não se reuniu com quórum para deliberar sobre os projetos em tramitação e liberar as pautas para o plenário. O trabalho em plenário depende fundamentalmente da manifestação da CCJR. Sem o parecer desta comissão, praticamente fica inviabilizado os debates e paralisadas as votações pelo plenário da Assembleia. Nós, com este esforço, conseguimos limpar a pauta que tinha mais de 450 projetos, alguns importantes e polêmicos, como foi o do Transporte Zero de Pescado, que precisou passar um processo de ajuste, com emendas e supressões que, se não fossem feitas, fatalmente trairia muitos prejuízos políticos e econômicos para Mato Grosso, para os nossos ribeirinhos e pescadores tradicionais. Fizemos inclusive uma trava para impedir que se usasse a lei para instalar usinas e barragens no rio Cuiabá.

CO Popular - Nessa questão do impedimento de construção de usinas PCHs no rio Cuiabá, como o senhor vê as críticas de que a Assembleia estaria invadindo a competência federal de legislar sobre o setor hídrico e elétrico?

Deputado Júlio Campos - Nós não invadimos nenhuma competência. Isso não procede. Nós não desconhecemos a decisão do Supremo [STF] de que é competência da Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] decidir se deve ou não usinas nos rios brasileiros. O que nós fizemos foi colocar uma trava de que nos primeiros três anos de validade da Lei do Transporte Zero de Pescado, a Sema [Secretaria de Estado de Meio Ambiente de MT] não vai analisar nenhum pedido de licenciamento de PCHs nos rios Cuiabá e da bacia do Pantanal. Daqui a três anos, deu certo o propósito de aumentar o estoque pesqueiro? A Sema pode voltar a analisar os processos normalmente. Se bem que a própria Sema já havia negado autorização para as PCHs no rio Cuiabá.

CO Popular - Quais outros projetos passaram pela CCJR que o senhor destacaria neste seu primeiro ano como deputado estadual?

Deputado Júlio Campos - O projeto da LDO, sem dúvida. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária é uma peça complexa, que exige análise profunda e cautelosa, além de suscitar debates importantes sobre as prioridades dos investimentos e políticas públicas. Na CCJR, procuramos dar aos deputados a máxima liberdade para analisar da proposta do Poder Executivo, lessem com calma e apresentassem suas sugestões, suas emendas, inclusive abrimos oportunidade para os suplentes que assumiram por alguns meses o mandato também participarem do debate sobre a LDO e apresentassem emendas. Como resultado, pudemos apresentar ao plenário um projeto de LDO com um conteúdo que, de fato, contempla setores, políticas e medidas importantes para a sociedade mato-grossense.

CO Popular - O Plano Plurianual (PPA) é outro projeto fundamental para o funcionamento do estado e

e para o direcionamento dos gastos públicos que também passa pelo crivo da CCJR. Como o senhor analisa a participação popular nos debates sobre o PPA 2024/2027?

Deputado Júlio Campos - Para o sucesso de uma democracia e o sucesso de um governo, é fundamental a participação popular em todas as discussões políticas. E o PPA deve ser amplamente debatido, não apenas por nós, parlamentares, mas, principalmente, pela população, pelos cidadãos em geral. Tanto que há um prazo para que a população possa se manifestar nas audiências públicas. Inclusive, defendemos que a Assembleia vá ao encontro do cidadão ao menos nas cidades polos das regiões oeste, norte, sul e do Araguaia, no leste, para debatermos o PPA que é a peça que vai definir como o Governo do estado irá aplicar os recursos públicos nos próximos quatro anos. São previstos gastos de R\$ 153 bilhões neste período e é muito importante que a sociedade esteja informada e contribua com a definição das metas, das prioridades e o direcionamento a ser dado à estes recursos pelo Poder Executivo.

CO Popular - O PPA 2024/2027 prevê um crescimento de cerca de 70% nas receitas do estado para os próximos quatro anos. Como o senhor analisa então a LDO 2024 ter previsto receitas de apenas R\$31 bilhões?

Deputado Júlio Campos - Quando o secretário adjunto da Sefaz esteve aqui na Assembleia para apresentar a LDO eu mesmo contestei o fato de ter uma previsão de receita estar muito aquém da realidade. Quando entregaram o projeto, a arrecadação do estado já estava perto dos R\$40 bilhões e em agosto, passou dos R\$44 bi. É uma defasagem muito grande. O governo é muito comedido nessas previsões. Acredito que no PPA eles tenham feito um ajuste, porque Mato Grosso é um estado sui generis no Brasil, é um estado que tem um crescimento de uma China, todo ano cresce de 6% a 8%. Hoje já passamos de 100 milhões de toneladas de grãos na safra deste ano, é um terço da produção de todo o país, temos o menor índice de desemprego do Brasil. Então acredito que Mato Grosso em sua potencialidade é o que o saudoso governador Garcia Neto dizia: o estado solução do Brasil.

CO Popular - Deputado, a partir de sua larga experiência política nos diga por que Mato Grosso, em sua opinião, não avança mais rapidamente na sua industrialização mesmo com todos estes números positivos na produção?

Deputado Júlio Campos - A industrialização de Mato Grosso é uma das minhas metas, das minhas bandeiras como deputado. É um grande desafio fazer com que Mato Grosso acorde e volte seus esforços para a agroindustrialização. Antigamente, se dizia que Mato Grosso não podia ser um estado industrial porque era distante do litoral, dos centros consumidores, tinha pouca população e não tinha energia elétrica. Hoje, sabemos que isso é um blefe, uma mentira. A partir da inauguração da usina do rio Manso, no governo do saudoso Dante de Oliveira, Mato Grosso deixou de ser um estado dependente para a condição de estado exportador de energia. Hoje, exportamos 60% da energia elétrica produzida em Mato Grosso. Ou seja, temos energia elétrica suficiente para sermos um polo agroindustrial. E o transporte, que já foi muito difícil quando eu fui governador, agora já não é um gargalo, porque temos boas rodovias e temos uma ferrovia que está avançando de Rondonópolis para Cuiabá e em direção ao norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Sinop, que são os grandes polos da produção do agronegócio. O que precisamos é que o Governo do Estado estimule mais a agroin-

dustrialização. É preciso que o estado convoque os nossos produtores rurais, nossos grandes produtores a aderirem ao projeto de industrialização da produção aqui mesmo no estado em vez de ficar exportando matéria-prima. Muitos dizem que industrializar aqui a produção não compensa porque paga imposto. Mas, a questão é que o produto industrializado tem mais valor, gera emprego, gera renda para mais pessoas, além de permitir que, com a arrecadação de mais impostos, o estado possa fazer mais e melhores políticas públicas, melhorar mais os serviços que presta à toda a população. Basta comparar: uma grande fazenda produtiva tem, no máximo, 100 empregados, muitos, sazonais, temporários. Já uma indústria de médio porte, pode ter até 600 funcionários diretos, fora os empregados indiretos que se beneficiam na cadeia de produção e com um nível de salário bem melhor que o da zona rural.

CO Popular - O senhor propôs uma emenda a LDO uma emenda que prevê a realização de concurso na Unemat. A valorização da Unemat é estratégica para Mato Grosso?

Deputado Júlio Campos - A Unemat foi um grande feito da então administração do governador Jayme Campos e do professor Osvaldo Sobrinho. Pouca gente sabe, mas a Unemat nasceu a partir do IESC, o Instituto Estadual de Ensino Superior de Cáceres, que por sua vez, nós havíamos criado, quando fomos governador de Mato Grosso, ao acolher sugestão da então prefeita Nana Fañas, de incorporarmos o IESC a rede estadual de educação. Foi desse núcleo base que surgiu a Unemat em 1992 e que muitos achavam que era uma loucura. E hoje a Unemat é um orgulho para todos nós com seus mais de 18 mil alunos espalhados pelo interior do estado, formando profissionais em diversas áreas importantes para o desenvolvimento de Mato Grosso. Nós atendemos uma reivindicação da reitora da Unemat para destinarmos recursos para o concurso pois há uma grande defasagem de pessoal técnico e professores.

CO Popular - Como o senhor avalia a polêmica que está sendo gerada pela construção do BRT em Várzea Grande?

Deputado Júlio Campos - Infelizmente vamos ter que conviver com essa situação. Eu sempre fui a favor de se concluir o VLT, que ia modernizar o transporte público e dar um novo visual para Cuiabá e Várzea Grande com padrão de primeiro mundo, sustentabilidade e ambientalmente sustentável. O BRT ocupar o lugar dos trilhos é compreensível. O problema é estender o BRT pela Avenida Couto Magalhães a principal via comercial. A preocupação é que as obras tendem a levar a falência muitos comércio. Nós vimos isso na avenida das FEB com as obras do VLT, muitos comércio fecharam. Estamos negociando com governo do Estado uma via alternativa para levar o BRT até o centro de Várzea Grande.

CO Popular - Como está o projeto da nova rodoviária de Várzea Grande?

Deputado Júlio Campos - O que ocorre, o fechamento da antiga rodoviária, ficou para a prefeitura construir a nova rodoviária. Hoje, nós temos um entendimento com o Governo do Estado, conseguimos que fosse cedido o terreno onde a obra está sendo implantada. A dificuldade ainda são os recursos necessários para a execução do projeto que está avaliado em R\$ 15 milhões. O Senador Jayme Campos se comprometeu em colocar uma emenda federal para assegurar 50% desse valor e a prefeitura deverá arcar com os recursos restantes.

Acesse:
www.grupomilas.com.br



RECONHECIMENTO

Primeira-dama de MT recebe o título de Dama do Bem da Associação Seara de Luz

Virginia Mendes destacou, em evento, que a união em prol de ações para beneficiar as pessoas que mais precisam faz toda a diferença

■ | Da Redação

A primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, foi homenageada com o título 'Dama do Bem', em reconhecimento ao compromisso com as ações sociais e pelo trabalho voluntário que ela exerce junto ao Governo do Estado. Ao todo, 37 voluntárias foram homenageadas. A entrega do título ocorreu durante a 4ª edição do Chá do Bem, organizado pela Associação Seara de Luz, iniciativa capitaneada pela empresária Leila Malouf.

A Associação Seara de Luz atua há duas décadas e meia, sob a presidência da instituição Elione de Almeida. Voluntárias dedicadas fomentam parcerias com o objetivo de ampliar ações solidárias e altruístas, entre elas Leila Malouf, que é embaixadora de luz.

Virginia Mendes falou da importância do movimento realizado pela Seara de



Luz, e agradeceu a homenagem. "Ser uma Dama do Bem é motivo de muito orgulho para mim, porque essa união em prol de ações para beneficiar as pessoas que mais precisam faz a diferença na vida delas, isso é algo que me dedico e espero poder

ajudar esse lindo grupo. A Seara de Luz está de parabéns pelo comprometimento com o papel social".

A primeira-dama de MT destacou as ações desenvolvidas pela associação. "Conheço de perto o trabalho

Virginia Mendes é reconhecida pelo seu trabalho como uma voluntária em causas sociais e seu trabalho para levar qualidade de vida para as populações mais carentes de Mato Grosso

que a Seara de Luz faz, e é realmente impressionante".

Há oito anos, o grupo deu início ao projeto 'Panetone do Bem'. A iniciativa já ultrapassou a marca de 100 mil unidades vendidas.

"O Panetone do Bem é uma benção e, de coração, agradeço a ideia da querida Leila Malouf, que se transformou numa verdadeira corrente do bem. Neste ano, temos a missão de vender 30 mil panetones e contamos com a colaboração de todos. É um produto mato-grossense, produzido em Várzea Grande e de excelente qualidade", destacou Virginia Mendes.

Leila Malouf agradeceu a presença e convidou voluntários para conhecer mais do projeto. "De coração, espero que todos tenham apreciado o evento e aproveitem para conhecer um pouco mais o Seara de Luz. Quando conheci o projeto há 10 anos fiquei impressionada, e quando você conhece é difícil deixar de participar. Reunir todas as amigas aqui foi maravilhoso".

A homenagem à homenagem à primeira dama é também um incentivo ao trabalho que Virginia Mendes realiza como voluntária da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), onde colabora diretamente para a adoção e execução de várias políticas públicas de grande impacto social, como a de atenção integral à família, o Ser Família.

TRANSPORTE PÚBLICO

Prefeitura muda tempo de uso de faixas exclusivas de ônibus e gera críticas da MTU e da oposição

Segundo a MTU, mudança impactará em até 10% no tempo de deslocamento dos ônibus e irá influir no custo da passagem

■ | Da Redação

Nessa última semana entrou em vigor o novo horário das faixas exclusivas de ônibus em Cuiabá. Os corredores estão reservados apenas para o transporte público nos horários de pico, sendo entre 6h e 8h e das 17h às 19h, de segunda à sexta-feira, e das 6h às 8h, aos sábados. Durante o resto do dia, todos os motoristas estão livres para usarem as faixas.

A decisão da prefeitura, sobre o argumento de garantir fluidez ao trânsito, é criticada pela Associação Mato-grossense dos Transportadores Urbanos (MTU), que afirma que a mudança irá prejudicar os usuários do transporte coletivo, com aumento no tempo das viagens, e pode refletir no aumento da tarifa.

O vereador Dilemario afirma que esse aumento na tarifa é um, "tapa na cara" da sociedade e que já está provocando o Ministério Público. "Você coloca novas faixas exclusivas para o transporte de ônibus, pelo fato da introdução de novas faixas vai e aumenta a tarifa, não sei de onde o prefeito Emanuel Pinheiro tirou isso. Já estou provocando o Ministério Público, pois essa justificativa não é plausível", afirma o vereador.

Segundo o vereador, isso é uma tentativa de fraudar a tarifa de ônibus. "Vejo como uma tentativa de fraudar a tarifa de ônibus, com essa tentativa de aumento absurdo. Cuiabá é uma das campeãs em relação ao preço da tarifa, praticamente se paga 5 reais, não tem que se falar em aumento de tarifa, sendo que o óleo diesel vem caindo cada dia mais, não venha com essa desculpa da implantação de novas faixas de transporte coletivo com mudança de horário, sem motivo para aumentar a tarifa", disse.

Marcos Assis, gerente operacional da MTU, revelou que poderá acontecer o aumento de 10% no tempo de viagem, sendo assim, haverá aumento das despesas. "A MTU vai medir os impactos com a nova medida e não descarta possível aumento no valor da tarifa. Vamos tentar entendimento com a prefeitura, principalmente para dar agilidade à ampliação de novos corredores. Hoje, têm vias extremamente importantes que precisam de faixas exclusivas, como a avenida dos Trabalhadores (Dante de Oliveira), uma das mais movimentadas".



Transporte Coletivo em Cuiabá sofrerá mudanças no uso das faixas exclusivas em algumas avenidas e desperta críticas contra a prefeitura

As faixas exclusivas representam apenas 2,9% das vias. São 16,66 km "reservados" para os ônibus dos 567 km existentes. Esses corredores ficam nas avenidas Getúlio Vargas, Isaac Póvoas, Tenente Coronel Duarte, Historiador Rubens de Mendonça e, os outros dois, em fase de adaptação, na General Valle e Generoso Ponce.

"Se os ônibus não têm exclusividade, terão que trafegar de maneira mais lenta. É um retrocesso e fomos pegos de surpresa", afirma Marcos. Ainda revela que não vê vantagens na mudança, destacando que os ônibus precisam seguir um itinerário e os carros podem desviar.

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e especialista em trânsito, Eldemir Pereira não acredita em prejuízo ao transporte coletivo, que terá prioridade nos horários de pico. Se afetar o transporte coletivo, será muito pouco. Acredito que a medida trará benefícios de maneira geral, com menos congestionamentos.

O jornal Centro Oeste Popular foi às ruas de Cuiabá para ouvir o que a população acha do aumento da tarifa. A dona Luciane, de 48 anos, disse que isso não é justo com a sociedade já que as não tem ônibus de qualidade. "Pego ônibus todos os dias às 5 da manhã, e aumentar a tarifa de ônibus é injusto com a população, pois não temos transporte de qualidade, e sem falar na demora que enfrentamos", disse.

"Queremos um transporte de qualidade, aumenta a tarifa e não muda a qualidade dos ônibus? Isso é injusto com a população", disse a estudante de arquitetura, Julia de 28 anos.

MEDICAMENTOS VENCIDOS

Vereadora Maysa Leão irá acompanhar descarte de medicação vencida em Cuiabá

Pelas regras do Ministério da Saúde, não pode adquirir um medicamento que tenha menos de 75% do prazo para vencer

■ | Da Redação

Os parlamentares da capital cuiabana estiveram presentes no Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos de Cuiabá - CDMIC, para averiguar suposta ação ilegal de descarte de medicamentos vencidos. Vereadores da base do governo municipal alegam irregularidades da Intervenção na pasta.

Na inspeção, a vereadora Maysa Leão solicitou à Intervenção da Saúde mais informações sobre o descarte dos medicamentos vencidos. Ainda fez o pedido da lista destes remédios, a procedência e a justificativa do descarte das medicações.

"É muito importante esclarecer que o descarte de medicamentos é algo que faz parte da atribuição do CDMIC. Fomos conferir se era realmente o que aconteceu na denúncia, que era um descarte oculto escondido, que estava acontecendo para que ninguém soubesse. Os medicamentos deste descarte foram descobertos por dois vereadores, estavam separados numa quarentena para que pudéssemos verificar esses medicamentos comprados pela gestão Emanuel Pinheiro, estavam sendo descartados porque são medicamentos de 2021, que de fato venceram, agora em 2023 por conta da compra excessiva foi apresentado toda a relação, foi produzido um inventário, inclusive, medicamentos do CDMIC de 2021", declarou a vereadora Maysa Leão.

A intervenção fez um inventário por determinação do Tribunal de Contas e do Ministério Público. O levantamento foi concluído na última semana e o descarte foi agendado para o último sábado. Os descartes foram feitos sem atrapalhar o processo de dispensação e distribuição de medicamentos para as unidades. As medicações continuam alocadas no Centro de Distribuição.



Os medicamentos vencidos passarão a ser descartados com a presença de todos os órgãos de controle a fim de garantir transparência ao processo e evitar suspeitas sobre o processo

"Quero ver estes medicamentos sendo descartados de forma correta e pública, para dar espaço aos novos medicamentos que irão abastecer as nossas unidades de saúde. Vamos seguir acompanhando com responsabilidade", disse a vereadora.

Conforme a Intervenção, os medicamentos vencidos serão descartados de forma legal e com a presença de todos os órgãos de controle. A vereadora ainda afirma que sempre estará ao lado de quem precisa de medicamentos, da dignidade humana e irá continuar com a sua fiscalização. "Defendo a população que luta por medicação", afirma.

Remédios vencidos

Maysa Leão, na companhia de colegas parlamentares, encontrou milhares de medicamentos vencidos no Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos de Cuiabá em abril de 2021.

O flagrante dos parlamentares ocorreu após uma denúncia sobre medicamentos vencidos no local. Na visita, os parlamentares encontraram toneladas de medicamentos vencidos. O fato ocorreu na gestão do Alencastro, desencadeando a CPI dos medicamentos, que pediu o indiciamento de 32 pessoas.

Acesse:
www.copopular.com.br

ABUSO DE PODER

Vereadora de Chapada dos Guimarães denuncia contrato de R\$ 14,7 milhões e perseguição do prefeito Osmar Froner

O prefeito chegou ao cúmulo de protocolar na Câmara Municipal pedido de cassação da vereadora que fiscaliza abusos de sua administração

Da Redação

A vereadora Fabiana Nascimento de Souza (PTB), de Chapada dos Guimarães (60 km de Cuiabá), denunciou publicamente o prefeito Osmar Froner de Melo (MDB) de abuso de poder, contratações milionárias sem causa justa e perseguição ao seu mandato. A vereadora integra a bancada de oposição na Câmara Municipal e tem feito um forte trabalho de fiscalização da gestão do Executivo Municipal, acompanhando de perto especialmente os gastos exagerados e supérfluos que o prefeito vem realizando.

Segundo a vereadora, entre os gastos mais absurdos e inexplicados até agora, está a contratação da empresa Sette Locação de Som, Luz e Palco Ltda, no valor de R\$ 14,7 milhões (veja extrato do contrato), razão social da Lade Som, uma das maiores do ramo em atividade em Mato Grosso.

A empresa pertence ao empresário Lademir Sette. Pelo contrato, a empresa seria a responsável pelo sistema de luz, painéis de Led, sonorização e estruturas de praticáveis para as secretarias do município chapadense.

Para a vereadora, além do valor ser exagerado, tais serviços contratados junto a empresa Sette, não se justificam pois não existe demanda para tanto, já que no município, existe apenas um grande evento anual, o Festival de Inverno.

“Ainda que fosse para o Festival, seria preciso que o prefeito explicasse o volume de gastos, já que o evento sempre foi e é realizado por meio de parcerias com a iniciativa privada que patrocina a maior parte dos gastos com es-



Vereadora Fabiana Nascimento de Souza (PTB), conhecida como Fabiana Advogada, vem enfrentando perseguições do prefeito Osmar Froner (MDB) por cobrar transparência e honestidade na aplicação dos recursos públicos do município de Chapada dos Guimarães

truturas e shows. Então, nada mais justo que o prefeito Osmar Froner explicar para população de Chapada dos Guimarães porque está pagando essa fortuna para esta empresa”, questiona a vereadora.

A parlamentar questiona ainda o fato de que, enquanto o prefeito Osmar Froner destina quase R\$ 15 milhões para uma empresa como a Sette Locação, a cidade sofre com problemas graves como a falta de médicos e medicação na UPA e nos postos de saúde; a inexistência de uma maternidade e de estrutura hospitalar para casos de média complexidade; a população dos bairros sofre com a poeira, a lama e a escassez de água e iluminação pública; a falta de investimento na qualidade da educação e em transporte público municipal.

“É uma falta de critério e de prioridade tão grande na aplicação dos recursos do município que desperta a desconfiança sobre a verdadeira razão desses gastos supérfluos milionários e sobre os quais o prefeito se recusa terminantemente



Estrutura metálica instalada na frente do prédio da prefeitura de Chapada dos Guimarães é um verdadeiro “elefante branco” que causou a destruição de árvores, jardins e do calçamento ecológico que havia no local, hoje tudo coberto por asfalto. Mais uma “obra inútil” da gestão Froner.

EXTRATO DE CONTRATO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2023 – PREGAO PRESENCIAL 016/2023 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2023

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, PAINÉIS DE LED, SONORIZAÇÃO E ESTRUTURAS DE PRATICÁVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT”.

ASSINATURA DO CONTRATO: 18/08/2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 14.705.000,00 (Quatorze milhões, setecentos e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

OSMAR FRONER DE MELLO – Prefeito Municipal:

CONTRATADA: SETTE LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E PALCO LTDA; CNPJ nº 08.337.158/0001-63.

a prestar contas e justificar para os vereadores e para a população chapadense”, afirmou a vereadora.

Incomodado com a fiscalização e os questionamentos da vereadora, o prefeito encaminhou à presidência da Câmara Municipal um ofício em que requereu a abertura de um processo visando a cassação do mandato da parlamentar. No ofício, o prefeito alegou que Fabiana Nascimento ela estaria “tumultuando” e “prejudicando” a administração do município.

O motivo, conforme explicou a vereadora, foi ela ter entrado com uma ação judicial contra o município de Cuiabá, Várzea Grande e o Governo do Estado devido à um acidente em que uma senhora ficou seriamente ferida ao cair em uma vala na MT-251. Socorrida na UPA de Chapada, a vítima do acidente precisava ser transferida para a rede hospitalar pública da Capital ou de Várzea Grande, mas, não tinha vaga. “Diante da falta absoluta de condições de atendimento médico adequado em Cha-



Lademir Sette, dono da Sette Locação, ladeado por Chitãozinho e Xororó e o contrato milionário com a prefeitura de Chapada dos Guimarães: contrato no valor de R\$14,7 milhões é apenas um dos gastos milionários inexplicáveis que tem sido feitos pelo prefeito Osmar Froner de Melo

pada, uma cidadã ficou sob risco de morte. Por isso, entramos com a ação judicial”, salientou a parlamentar.

A vereadora contou que, na sequência, um outro advogado acabou solicitando à Justiça o arrolamento do município de Chapada de Guimarães no polo positivo da referida ação, despertando a ira de Osmar Froner que se voltou contra ela.

“Não fui eu quem arrolou o município de Chapada dos Guimarães no processo, foi um advogado que sequer tinha procuração para tanto. Por isso, eu acabei renunciando a essa ação depois desse episódio. Mas, ainda assim, o prefeito tentou cassar meu mandato, me denunciou na Câmara Municipal e tentou jogar os meus colegas contra mim. Ele muito mal assessorado, acha que sou burra como eles e que

eu tenho medo. Mas, está enganado”, afirmou a vereadora.

A parlamentar chapadense foi além e disse que não irá recuar no seu trabalho de acompanhar a administração do município e não vai parar de cobrar e expor as falhas da gestão. “O problema deles [do prefeito e seu grupo de assessores] é esse: eu tenho conhecimento, tenho instrução, sei quais são os meus direitos de cidadã, as minhas prerrogativas como vereadora e eu faço meu trabalho, o trabalho que o povo me eleger para fazer, que é fiscalizar o executivo, questionar os absurdos, pedir esclarecimento sobre a administração, exigir honestidade e seriedade na aplicação dos recursos públicos do nosso município. Eu não vou me intimidar com essa perseguição”, afirmou a parlamentar.



ONDE HOVER ÓDIO QUE EU LEVE O AMOR... SÃO FRANCISCO DE ASSIS

A 4ª EDIÇÃO DO CHÁ DO BEM, EM PROL DAS ADMIRÁVEIS AÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS PELA SEARA DE LUZ HÁ MAIS DE 22 ANOS FOI UM SUCESSO.



A ação é da Embaixadora de Luz, Leila Maluf e das damas do bem. Muitas celebridades e empresárias de nossa capital prestigiaram o evento e foram homenageadas confira alguns nomes : Zilda Zompero, Mariza Bazo, Janeiva Rondon, Maria

Elza Fernandes, Miriã Fabrini, Mareli Grando, Tereza Bouret Orro, Marilza Moreira de Figueredo, Natasha Shlessarenko, Maria Fernanda Figueredo, Mareli Grando, Fernanda Pavan, a primeira dama do estado Virginia Mendes, Ide Guimarães...



MUNICIPALISMO RACHADO

Prefeito de Primavera do Leste se elege presidente da AMM e “racha” movimento municipalista

A eleição da nova diretoria da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM) foi judicializada e transcorreu em clima de racha e grande animosidade entre dois grupos de prefeitos

■ | Da Redação

O prefeito de Primavera do Leste (240 km de Cuiabá), Leonardo Bortolini (MDB) será o novo presidente da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM) para o triênio 2024/2026. O jovem prefeito (37 anos) venceu a disputa contra o atual presidente da entidade municipalista, o ex-prefeito Neurilan Fraga, por uma diferença de apenas 10 votos. A eleição foi uma das mais tumultuadas e acirradas já ocorrida nos 40 anos de existência da AMM.

A disputa entre Léo Bortolini e Neurilan Fraga literalmente fez rachar em duas bandas o movimento municipalista de Mato Grosso. Bortolini conseguiu 68 votos contra os 58 obtidos por Fraga, numa demonstração de que os inte-



Leonardo Bortolini, prefeito de Primavera do Leste, vai comandar a AMM pelos próximos três anos com uma base dividida e politicamente em crise

ressos políticos partidários se sobrepuseram às propostas de ambas as chapas.

Durante a campanha, Bortolini tentou por vias judiciais eliminar a concorrência. Não conseguiu a totalidade do que queria: cassar o direito de Fraga de concorrer ao quinto mandato consecutivo de presidente da AMM. Mas, causou estragos irreversíveis à base de apoio ao adversário, provocando a mudança de voto em pelo menos meia dúzia de pre-

feitos que, inicialmente, eram defensores da manutenção de Fraga na presidência da entidade municipalista.

Disputa de poder futuro

A eleição na AMM se constituiu em um campo de batalha fratricida muito mais pelas ambições de quem não é prefeito do que por divergência de propostas dos dois candidatos que pleiteavam a sua presidência. As interferências externas no processo foram se aclarando a par-

tir da judicialização da disputa provocada por Leonardo Bortolini.

Em 08 de agosto, o juiz Yale Sabo Mendes, da 7ª Vara Cível de Cuiabá, suspendeu a inscrição da chapa liderada pelo presidente da AMM atendendo a um pedido de liminar feito por Bortolini alegando que Fraga teria desrespeitado os estatutos da entidade ao não atender integralmente o regulamento da eleição. O presidente da entidade conseguiu, após muita luta, reverter a cassação da liminar que o impediria de participar da eleição e se manteve no páreo mesmo sub-judice.

A entrada do judiciário no processo eleitoral da AMM também trouxe para o centro da disputa grupos políticos em favor dos dois candidatos. Liderado pelo governador Mauro Mendes, o grupo pro- Bortolini foi a campo a fim de reforçar a base de apoio à sua candidatura. Mendes garantia que estava “neutro” na disputa, no entanto, sua esposa, a primeira-dama Virgínia Mendes, externou publicamente o apoio ao prefeito de Primavera do Leste.

Por sua vez, Fraga acionou antigos e fortes aliados para lhe dar suporte político como o ex-deputado Carlos Bezerra (MDB), Jayme Campos (UB) e os prefeitos de Rondonópolis, Zé do Pátio (PSB), e de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB). Mesmo não tendo sido o suficiente, foi o que bastou para consolidar o “racha” no movimento municipalista em Mato Grosso.

A vitória apertada de Bortolini lhe dá uma plataforma, ainda que pouco consistente, para voos políticos mais altos a partir da eleição de 2026, que por estar no segundo mandato – cumpriu um mandato tampão de três anos antes de eleger-se em 2020 – não poderá disputar a prefeitura de Primavera do Leste no ano que vem.

A conquista também alarga o portal político para nomes como o da deputada Janaina Riva (MDB), uma das mais ativas na defesa da candidatura de Bortolini, e para o grupo do governador Mauro Mendes, que passa a ter a AMM como uma base de arregimentação de apoios para seus integrantes que pretendem disputar as eleições de 2024.

CONSCIENTIZAÇÃO

TCE-MT oferece exames de mamografia e câncer do colo do útero durante Outubro Rosa

■ | Da Redação

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) oferecerá 50 exames de mamografia para servidoras com mais 40 anos e 50 exames de câncer do colo do útero (CCO) para servidoras com idade a partir de 35 anos ao longo deste mês. A iniciativa faz parte da campanha Outubro Rosa, lançada pelo presidente do órgão, conselheiro José Carlos Novelli.

“Assim como inúmeras instituições pelo mundo, o TCE-MT abraça esta causa, compartilhando informações para conscientização coletiva e proporcionando maior acesso aos serviços e diagnósticos”, afirmou Novelli ao convidar conselheiros e demais servidores a compartilharem o laço rosa, que simboliza a campanha.

Na ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social do TCE-MT, conselheiro Guilherme Antonio Maluf, falou sobre a importância da conscientização. “É um câncer curável, especialmente se for detectado precocemente, então é muito relevante que essa campanha se repita ano a ano. Tenho certeza de que vai alertar muitas mulheres para a possibilidade de um diagnóstico precoce e com isso, trazer sucesso ao tratamento”.

Vale destacar que os exames de mamografia são destinados às servidoras que não têm plano de saúde, que apresentam histórico familiar da doença e/ou que tenham observado qualquer alteração em exames anteriores. Os exames serão realizados de 16 a 20 de outubro.

Já os exames de CCO, serão agendados nos dias 16, 17, 18, 23, 24, 30 e 31 de outubro, pela médica ginecologista do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho (NQVT).

Desenvolvida pela Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas, por meio do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho (NQVT), em parceria com a Comissão Permanente de

Saúde e Assistência Social, a campanha conta ainda arrecadação de lenços para doação às mulheres em tratamento no Hospital de Câncer e mobilização dos servidores para usarem uma peça na cor rosa no dia 24 de outubro, quando será realizada palestra com o especialista Bruno Heringer.

Câncer de mama

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), para o Brasil, foram estimados 73.610 casos novos de câncer de mama em 2023, com um risco estimado de 66,54 casos a cada 100 mil mulheres.

O câncer de mama é o tipo que mais acomete mulheres em todo o mundo. Cerca de 2,3 milhões de casos novos foram estimados para o ano de 2020, o que representa cerca de 24,5% de todos os tipos de neoplasias diagnosticadas nas mulheres. Também ocupa a primeira posição em mortalidade por câncer entre as mulheres no Brasil, com taxa ajustada por idade, pela população mundial, para 2021, de 11,71/100 mil (18.139 óbitos).

Os principais sinais e sintomas suspeitos de câncer de mama são: caroço (nódulo), geralmente endurecido, fixo e indolor; pele da mama avermelhada ou parecida com casca de laranja, alterações no bico do peito (mamilo) e saída espontânea de líquido de um dos mamilos. Também podem aparecer pequenos nódulos no pescoço ou na região embaixo dos braços (axilas).



Foto: TCE



MATO GROSSO NÃO PARA

Quando você soma trabalho e eficiência, o resultado é um dos estados que mais crescem no país.

- 06 hospitais em construção
- Mais de 2400 km de asfalto novo contratados
- 41 novas escolas em construção
- Mais de 50 mil vagas em cursos de capacitação
- 15 mil câmeras sendo instaladas em todo o estado

f t i govmatogrosso | mt.gov.br



Governo de Mato Grosso

TURISMO E MEIO AMBIENTE

GT do estado e do Ministério de Meio Ambiente busca viabilizar investimentos no Parque de Chapada

O governador Mauro Mendes quer investir R\$ 200 milhões na região para alavancar o turismo e promover a proteção ambiental

Da Redação | Com Assessoria

Um grupo de trabalho (GT) composto por técnicos do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Estado de Mato Grosso será responsável por realizar estudos que possam viabilizar investimentos de recursos estaduais no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. A criação do GT foi anunciada após encontro do governador Mauro Mendes (UB) com a ministra Marina Silva, em Brasília.

"Vamos ter outras reuniões visando construir um consenso para permitir que o Governo do Estado de Mato Grosso faça os investimentos no parque, e que esse parque possa atingir o seu grande objetivo, que é preservar os ativos ambientais que lá existem, mas também melhorar a condição de visitação para os turistas e para os cidadãos de Mato Grosso, do Brasil e de qualquer lugar do mundo que vierem para cá", relatou o governador.

Conforme Mauro Mendes, o objetivo do Governo é fazer um aporte de R\$ 200 milhões no parque nos próximos quatro anos e evitar que o local seja concessionado à iniciativa privada. Com uma

Foto: Reprodução



Parque Nacional de Chapada dos Guimarães: investimentos propostos pelo Governo do Estado tenta impedir a concessão para a iniciativa privada



Encontro entre o governador Mauro Mendes e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva buscou caminhos para que recursos do estado sejam aplicados no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães

possível concessão, a empresa vencedora poderia cobrar até R\$ 100 de entrada, por pessoa, valor considerado "absurdo" pelo governador.

Já na hipótese de serem autorizados os investimentos, o Estado prevê várias melhorias, como a estruturação do Centro Geodésico; o acesso à Cidade de Pedra com implantação de mirante; acesso, trilhas e segurança no Morro de São Jerônimo; passarela de vidro no Portão do Inferno; implantação de elevador e acesso ao Vêu de Noiva; sinalização de trilhas e outras ações.

"É isso que todos querem: preservar, potencializar e melhorar esses acessos e criar alternativas para que essa grande beleza possa ser melhor utilizada. E manter o acesso gratuito, porque a ampla maioria da população não tem condições de pagar R\$ 100 para entrar no parque, ainda mais sem qualquer estrutura", pontuou.

Parceria Positiva

Para a ministra Marina Silva, a instituição de um grupo de trabalho é um passo importante para encontrar o melhor caminho para a cooperação entre Governo Federal e Governo do Estado.

"Mato Grosso é um estado bastante próspero e entendemos que esse é um esforço para diversificar a economia. Vamos trabalhar nesse grupo de trabalho para encontrar o melhor caminho, e posteriormente formalizarmos essa cooperação", declarou.

Também participaram da reunião: o secretário-executivo do ministério, João Paulo Capobianco; o senador Mauro Carvalho; a deputada federal Gisela Simona; o deputado estadual Ludio Cabral; e os secretários de Estado Fábio Garcia (Casa Civil) e Mauren Lazzaretti (Meio Ambiente).

Estadualização adiada

Paralela à reunião entre Mendes e Marina Silva, a Comissão de Meio Ambiente (CMA)



O deputado estadual Ludio Cabral (PT) afirmou na Comissão de Meio Ambiente do Senado que discutiu a estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães que a proposta fere leis municipais e federais e traz uma insegurança jurídica no País sobre a regulamentação das áreas de conservação e parques ambientais

do Senado decidiu adiar a votação do texto do projeto da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) que propõe a estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. O adiamento foi causado pelo pedido de vistas do senador Confúcio Moura (MDB-RO).

O projeto de Buzetti já tem relatório favorável à aprovação do senador Mauro Carvalho Júnior (UB-MT). O adiamento dará um pouco mais de tempo para que uma solução ao impasse seja debatida entre Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e governo estadual.

O tema foi debatido em audiência pública, na CMA que contou com a participação do deputado estadual Ludio Cabral (PT-MT) que fez a defesa contra a estadualização e apontou que o estado já conta com 40 unidades de conservação e parques estaduais totalmente carentes de investimentos.

govmatogrosso mt.gov.br

O GOVERNO DE MATO GROSSO TRABALHA FORTE E INVESTE PESADO PARA COMBATER AS QUEIMADAS E O DESMATAMENTO ILEGAL

Aqui é tolerância zero para quem comete esses crimes. A vigilância é feita por satélites de última geração, e nada ai passar despercebido. Tem multa pesada e embargo de propriedade.

TOLERÂNCIA ZER

Denuncie: 0800 065 3838 e 193

Governo de Mato Grosso